

ANÁLISE DA DEFINIÇÃO DE “SUBSTANTIVO” PRESENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS DO CICLO II E A CONSEQÜÊNCIA DO USO EXCLUSIVO DA DEFINIÇÃO SEMÂNTICA

Raphael Rodrigues Domingues Stein¹, Marco Antônio Villarta-Neder²

¹UNIVAP/Faculdade de Educação, Rua Dr. Tertuliano Delphim Júnior, 181 - 12246-080 – Jardim Aquarius - São José dos Campos – SP, fasustenido@itelefonica.com.br

²UNIVAP/Faculdade de Educação, Rua Dr. Tertuliano Delphim Júnior, 181 - 12246-080 – Jardim Aquarius - São José dos Campos – SP, marcovn@univap.br

Resumo- Este trabalho é uma breve análise das concepções gramaticais presentes em livros didáticos efetivamente utilizados em sala de aula, tendo como foco as definições da classe de palavra denominada “substantivo”. Utilizando como fonte de embasamento as teorias e concepções lingüísticas dos processos gramaticais, este trabalho demonstra as desvantagens na utilização da Gramática Normativa-Prescritiva como única ferramenta de trabalho, observando-se o fato de esta ter sido a única presente nos materiais de análise coletados. Realça a existência de outras gramáticas da Língua Portuguesa, imprescindíveis no rol de ferramentas a ser utilizado pelo professor, por permitirem atingir de forma mais consistente e coerente os objetivos buscados no ensino da língua materna, como expostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais e outros trabalhos de autores consagrados na área.

Palavras-chave: Gramática, Substantivo, Semântica

Área do Conhecimento: Lingüística, Letras e Artes

Introdução

Partindo da análise de TRAVAGLIA (1996) a respeito dos objetivos do ensino da Língua Materna, em que o autor lista quatro objetivos fundamentais (aquisição da competência comunicativa, contato com as variedades lingüísticas, conhecimento da instituição lingüística e estimular o raciocínio científico), elaboramos um trabalho que demonstra que a prática exclusiva de ensino da Língua Portuguesa através da Gramática Normativa-Prescritiva não engloba todos os aspectos lingüísticos; e que mesmo quando se utiliza tal gramática presente em livros didáticos, para o fim que se propõe (descrever a Língua, estabelecendo normas de uso), expõe-se de forma cientificamente incompleta as definições dos componentes frásticos.

Portanto, o objetivo deste trabalho é discutir se os livros didáticos analisados atendem às necessidades de ensino da Língua Portuguesa, e às necessidades dos alunos a que são direcionados.

Materiais e Métodos

Foram utilizados três livros didáticos de 1º ano do Ciclo II do Ensino Fundamental, coletados do acervo atualmente utilizado em escolas públicas, para a análise das definições de substantivo lá presentes, assim como a aplicação dos conceitos e suas freqüentes conseqüências.

Resultados

Após pesquisa realizada com o intuito de coletar as definições de substantivo presentes nos livros de 1º ano do Ciclo II, série em que tradicionalmente há a introdução à definição das classes de palavras, encontramos facilmente três definições de livros distintos, que servem ao propósito. Num primeiro exemplo, temos: “palavra que nomeia os seres” (SARMENTO, 1996) como definição para substantivo. A seguir, no mesmo livro, há o exemplo: “*Maria* punha-lhe *doces-de-leite* nos *bolsos*, para a *viagem*.”, em que os grifos indicam os substantivos. Considerando-se o livro didático como um material sério e cientificamente embasado, o aluno poderá perguntar ao professor se *viagem*, ou mesmo *bolso* são seres. Eis uma discussão complicada ainda mesmo para o professor, visto que trata-se de um conceito filosófico complexo e que ocupou a mente dos mais famosos filósofos do planeta. Não nos parece adequado haver uma discussão a respeito de *substância*, *ser* e *existência* numa aula de gramática para alunos de 10 a 12 anos de idade. Pois o aluno poderá em algum momento argumentar da seguinte forma: se “Nada” é um substantivo, “o Nada” é um ser, portanto “o Nada” existe ! Temos o mesmo num segundo exemplo: “Substantivo: É o nome com que se designam os seres, os objetos, os sentimentos e as emoções.” (TAKAZAKI, 2002), onde visivelmente há mais falhas: “*bonito*” trata-se de um substantivo ou de um adjetivo, observando-se que poderá assumir qualquer uma das duas posições? A palavra “*Brasil*”, relacionada pelo mesmo livro como

exemplo de substantivo, levantará mais uma de uma série de questões a serem levantadas pelos alunos (principalmente se houver o objetivo de educar para uma visão crítica e para o raciocínio científico): “*Brasil*” trata-se de um ser, um objeto, um sentimento ou uma emoção?

Portanto, concordamos com MACAMBIRA (1993) que não se deve utilizar um conceito filosófico para descrever uma classe de palavras, visto o fato de que, no mínimo, alunos do 1º ano do Ciclo II do Ensino Fundamental não possuem maturidade e conhecimento científico suficiente para compreender a definição de “*Ser*”, assim como os próprios adultos que se utilizam deste conceito para definir uma classe de palavras.

Vejamos um terceiro exemplo: “*Substantivo é a palavra que indica o nome dos seres (pessoas, sentimentos, plantas, animais, objetos, etc.)*” (FERREIRA; ALMEIDA, 1994). Primeiramente, os próprios autores complicam-se ao explicar o conceito de “*ser*” como pessoas, sentimentos, plantas, animais, etc. Considerando-se que os alunos ainda não têm a competência de identificar as classes das palavras, muito menos terão eles de identificar o “*etc.*” da definição, ou mesmo o porquê de “*sentimentos*” serem seres, concretos ou abstratos (consideramos que para se compreender um conceito filosófico, deve-se antes ter um domínio razoável da linguagem, e não o contrário). A seguir, o livro cita “*ações*” como exemplo de substantivo, relacionando “*ginástica*” e “*dança*” como tais. Cabe ressaltar que as “*ações*” são freqüentemente associadas, pelos próprios livros didáticos, à classe de palavras denominada “*verbo*”, como “*andar*”, “*ler*”, “*escrever*” e “*subir*”.

Discussão

Assim, percebe-se que essas definições provocarão confusões no que se refere ao conceito de substantivo, confundindo este com o de verbo, ou o de adjetivo, ou ainda complicando a identificação de uma palavra que possui uma classificação tradicional diferente da posição que assume na frase. Por exemplo: “O bonito da caminhada é a oportunidade de se observar o pôr-do-sol”. “*Bonito*” é classificado tradicionalmente como adjetivo; entretanto funciona como substantivo na oração exemplificada. Pois, justamente a definição semântica utilizada pelos livros didáticos não somente utiliza-se de significados filosóficos que são incompatíveis com a idade dos alunos a que se dirige, como também não dá conta da significação que a palavra assume de acordo com a sua função sintática. PERINI (1993) trata desse assunto em seu livro “Para uma Nova Gramática do Português”, referindo-se a uma Doutrina Gramatical Explícita, e a uma outra Doutrina Gramatical Implícita. Poderão argumentar contra o

nosso trabalho da seguinte forma: “quando demonstrado o substantivo em seus diversos comportamentos sintáticos, o aluno aprenderá a identificá-lo de forma correta”. PERINI (1993) justamente explica que na Gramática Tradicional há uma Doutrina Explícita (em que há a definição de que substantivo é a palavra que dá nome aos seres), e uma Doutrina Implícita, internalizada pelo uso, pelas convenções não explicitadas no material científico, por algo que o aluno deve identificar por conta própria, como algo nas entrelinhas, como o não-dito (em que o adjetivo pode assumir função de substantivo; em que Brasil é um substantivo). Um bom exemplo da presença desse “não-dito” na Gramática Tradicional pode ser coletado de um livro didático (SARMENTO, 1996): “*No começo, não gostei de Lúcia Helena. Achei ela meio fresca... Ainda mais porque era rica. Papai vivia dizendo que rico não prestava. Além disso, eu não gostava de mulher loira. Tinha lido que as loiras eram muito frias.*” (GOMES, 1994 apud SARMENTO, 1996). Além de estimular o preconceito contra ricos e loiras, ao inserir apenas um trecho do texto do livro “A hora do amor”, o livro didático, ao solicitar que o aluno identifique os substantivos e adjetivos do trecho, exige conhecimento da Doutrina Implícita por parte do aluno: ele deverá saber que “*começo*” é um substantivo (que relaciona-se a temporalidade e não a substância), que “*loira*” no texto é adjetivo e “*loiras*” substantivo (o livro define adjetivo como “*palavra que caracteriza o substantivo*”), e além disso, por ser apresentado primeiramente ao substantivo, antes de qualquer outra classe de palavras, o aluno deverá saber que “*eu*” ou “*ela*” não trata-se de um substantivo.

Dessa forma, podemos citar a existência de outras gramáticas da Língua Portuguesa que servem de ferramentas ao ensino fundamentado, coerente e completo. A Gramática de Uso serve para a internalização e automatização dos recursos e aspectos lingüísticos, presentes na Doutrina Implícita, permitindo o real contato por parte dos alunos com o comportamento lingüístico, com a real situação de uso, os usos possíveis e não possíveis, de acordo com o contexto envolvido na interação lingüística. Como recurso à explicitação do uso e dos aspectos lingüísticos, temos a Gramática Reflexiva, que conforme o próprio nome, servirá à reflexão a respeito da estrutura da língua, dos efeitos de sentido, e a tudo que se refere ao enriquecimento da produção textual. E entre outras, a Gramática Descritiva, que descreve a língua considerando todos os aspectos de sua constitutividade.

Conclusão

Tendo em mente que o objetivo deste trabalho é discutir se os livros didáticos analisados

atendem às necessidades de ensino da Língua Portuguesa, e dos alunos a que são direcionados;

Relembrando que a descrição semântica (em que substantivo é “a palavra que nomeia os seres”) encontrada nos livros analisados não dá conta de descrever os significados presentes nos diversos tipos de substantivo existentes, ou seja, é incompleta;

Ressaltando que a descrição semântica encontrada não é adequada à faixa etária de alunos a que se direciona; nem dá conta de descrever os diversos comportamentos sintáticos das classes de palavras, que ora assumem uma função sintática, ora outra;

Concluimos que para termos uma descrição adequada e cientificamente completa e coerente, não podemos descrever as classes de palavras através da semântica, o que significa se utilizar de critérios de significado. No caso do substantivo, esses critérios implicam uma complexa discussão filosófica. Pela brevidade aqui imposta, não será possível a realização de propostas, mas parecem-nos mais razoável que a definição de substantivo seja feita mais através da estrutura sintática do que a estrutura morfológica ou semântica.

Percebemos, nos livros analisados, que a prática da descrição semântica é freqüente, causando equívocos e incompletude no ensino de Língua Portuguesa.

Referências

- FERREIRA, G.; ALMEIDA, M.A. Falando a mesma língua: português, 5ª série. São Paulo: FTD, 1994. P. 56
- GOMES, A.C. A hora do amor. São Paulo: FTD, 1994.
- MACAMBIRA, J.R. A Estrutura Morfo-Sintática do Português. 7ed. São Paulo: Pioneira, 1993. p. 34-35.
- OBJETIVOS DO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA. In: TRAVAGLIA, L.C. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996. p. 17-20.
- PERINI, M.A. Para uma Nova Gramática do Português. 7ed. São Paulo: Ática, 1993. p. 16-17
- SARMENTO, L.L. Português na Escola. São Paulo: FTD, 1996. p. 16-17.
- TAKAZAKI, H.H. Linguagens no Século XXI: língua portuguesa, 5ª série. São Paulo: IBEP, 2002. p. 163.